

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Quando a Irmã Neusa que é do Conselho Pastoral dos Pescadores, mas alguns pescadores passava pela guarita policial ali de Maria da Cruz, ele ainda estava lá algemado. Mas a prisão foi efetuada às 16 horas, às 19:30 ele ainda estava lá na guarita. De forma que foi impossível a gente conseguir a saída dele no mesmo dia e que era possível pagar fiança. Então o que gente está vendo? O Estado ainda com resquício da ditadura, se presta a ser o novo capitão do mato. Pegou um trabalhador, derrubou a casa, colocou dentro do camburão e foi tomar café na casa do fazendeiro. E o tempo todo humilhando o sujeito. E o que a gente acha mais incrível é que nada se foi encaminhado, tudo muito lento. O Ministério Público se pronunciou durante, depois da prisão que o caso o cara não tinha nenhum antecedente criminal, por isso deveria ser solto. E no entanto todas as dificuldades foram colocadas e ele ficou 06 dias preso. E a gente agora quer juntamente aqui reafirmar a necessidade de uma audiência pública na região, devidos os problemas. Ressaltamos também todo esse procedimento que a gente vai analisando como que a Polícia tem sido conivente. Além do mais, tem outra coisa, a mesa de diálogos não estava sabendo do processo de despejo, pois sem diálogo e também que continuamente tendo uso de drones, que tira a privacidade da comunidade. E alguns comentam, ah ninguém pode proibir o uso de drone. Dentro da área da comunidade, que aquilo que a gente acha que vai legalizar, que é o termo de legalização de uso, que é dado pelo patrimônio da União, no entanto é dentro da área da comunidade que o drone continuamente está sendo usado antes, durante o contraprestação de despejo e agora também que a comunidade se reuniu e reconstruiu a casa. No entanto está sendo vigiada 24 horas com uso de drone e nada até o presente momento foi feito.

ROBSON SÁVIO: Está certo, companheira.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Obrigada.

ROBSON SÁVIO: Então nós vamos fazer o seguinte. O seguinte encaminhamento. Eu gostaria por gentileza que fosse feita uma notificação dessas questões para a Secretaria de Direitos Humanos.

INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA: Nós entregamos, já está tudo documentado, inclusive de outros casos.

ROBSON SÁVIO: Já está com o Doutor José Francisco. Em relação à questão da audiência pública, nós temos aqui o Vereador Aldair que é da Câmara e que pode eventualmente fazer um encaminhamento porque a Comissão da Verdade não tem como competência para isso. Vereador Aldair está ali no final ok? Nosso outro companheiro vai falar agora e vai se identificar.

ALEXANDRE: Meu nome é Alexandre, sou da Comissão Passarada Terra. Primeiro lugar nós também como os companheiros da liga, queremos ver punidos, ver presos esses criminosos do período da ditadura e os criminosos de hoje também. É, de uma forma bastante rápida, o período da ditadura, o que a gente viu aqui na região, é que ele foi mais um processo de estruturação para o grande capital explorar a região não é? E a gente vê aí como o Carlinho colocou, a quantidade de terra devoluta que foi parar na mão, um dos exemplos não é? Foi parar na mão das empresas de monocultura de eucalipto, Projeto Jaíba. Os projetos ligados à questão da produção de gado. Então nesse período, houve uma, um fortalecimento da estrutura do capital nessa região e isso está se intensificando. Está se intensificando. Os projetos que estão vindo para cá continuam entregando a terra na mão do capital. Basta ver a mineração, basta ver barragem de, a barragem de Jequitaí. A Barragem de Jequitaí, a forma com que ela está sendo construída, é muito parecido com a forma com que foi construído o Projeto Jaíba. E isso foi no Governo anterior. E esse Governo agora está tocando pra frente, inclusive com a participação do Governo de Minas não é? E outros exemplos são, Barragem de Berizal, Barragem de Congonha. Os processos de mineração e as terras que são devolutas, estão todas ainda na mão do latifúndio. Se a Comissão da Verdade é para discutir a verdade, Então vamos dizer aqui que essas terras até quando essas terras vão ficar na mão desses caras? O Governo Pimentel já está há 02 anos e meio e não tem uma terra grande na mão dos trabalhadores. Não tem uma terra que foi, que é do Estado, que foi arrendada para essas grandes empresas que está na mão dos trabalhadores. Bom, mas o que eu queria dizer aqui objetivamente, é alguns exemplos de como essa estrutura vem sendo mantida. Juarez Cardoso, advogado, estudou aqui em Montes Claros, foi dia 31 na casa de Alvimar chamando pelo nome de Lúcia, procurando Samuel, militante do MST dizendo que a fazenda, a Fazenda Corrente, não, Corrente não, esqueci o nome da fazenda. Ajuda aí, da empresa Granjas do Norte de Minas, a Fazenda, é em Olhos D'Água, eu esqueci o nome da fazenda, deu um branco aqui. Oi? Cachoeira. Fazenda Cachoeira, dizendo que a fazenda está protegida. E para o movimento e para as lideranças tomar cuidado. E disse

ainda, a Polícia está indo lá nos trabalhadores em Olhos D'Água. Aí no mesmo dia, Valdelino que é da Polícia Civil de Bocaiúva, ele e mais uma outra pessoa com arma em punho, entrou com o carro dentro da garagem do trabalhador, de 02 trabalhadores do MST de Olhos D'Água entraram com arma e foram Lei Estadual intimar eles para ir na delegacia. E dizendo o mesmo discurso, a fazenda é protegida. Então, e esse aqui ó, Juarez Cardoso, advogado que inclusive recebeu dinheiro do Instituto Marista para estudar. Muita gente aqui do movimento popular conhece ele. Nós já encaminhamos para a OAB, já encaminhamos para promotoria e queremos a punição dessas pessoas que estão fazendo isso a serviço do latifúndio. Um outro exemplo. Temos vários e vários exemplos. Um outro exemplo. Hoje chegou a Policial Militar, Policial Militar na casa do Seu Marcelo em Curral de Varas, lá na região do Vale das Cancelas querendo, e ainda existia um acordo, inclusive a Polícia participou desse acordo para não fazer o despejo enquanto não houver uma audiência pública para discutir a questão de Vale das Cancelas, o oficial foi lá querendo arrancar ele da casa dele, junto com dois policiais. E o juiz, agora dentro dessa questão do jurídico. Os juízes da região, não dá para ver isso calado. Os juízes da região estão dando reintegração de posse para tudo quanto é grileiro. Newton Cardoso alega ter 71.000 hectares. Você estuda processo ali, você vê que é grilado. Não é? Muito claramente você vê que é grilado e o juiz deu reintegração de posse para ele. Deu reintegração de posse para o dono da Floresta Empreendimentos, um tal de Ganso, um cara que vive em Divinópolis, que já foi preso pela Operação Grilo, a Polícia deu reintegração de posse contra uma trabalhadora Lourdes, lá em Grão Mogol não é? Então a gente, aproveitar aqui a presença de Nilmário, a gente sabe que não é papel da comissão, mas para a gente marcar uma audiência para poder discutir a violência do campo aqui na região do Norte de Minas, que é urgente. A ditadura ela manteve e está cada vez sendo fortalecida e nós precisamos ter a coragem para denunciar isso tudo. Falou, obrigado.

ROBSON SÁVIO: Muito obrigado. Muito obrigado, agora nós vamos então à última participação para a gente encerrar dentro do prazo.

PAULO ROBERTO FASSION: Paulo Roberto Fassion, também da Comissão Pastoral da Terra. Eu acho que é primeiro parabenizar a Comissão da Verdade e tudo, mas com a ênfase de vários companheiros aí que já falou, que a Comissão da Verdade venha com não perdão dessas situações. Quem teve gente na ditadura, que perdeu familiares, filho, pai, primo, irmão ou amigos

sabe que se for uma Comissão da Verdade nesse intuito, se for uma coisa encaminhar para esse lado, é uma bofetada na cara. Então não podemos perdoar esse crimes. Um dos maiores problemas do Brasil, embora muitos digam que seja às vezes até a corrupção. Eu acho que é mais a impunidade do que a corrupção. Aí seja a impunidade na corrupção, seja impunidade nos crimes dos militares. Seja a impunidade nos dias de hoje que está ocorrendo. Acho que só, não vou falar muito não, acho que é reforçar a solicitação importante de uma audiência sobre essa, a violência no Norte de Minas, convocando todos os movimentos e pessoas que a gente conseguir mobilizar, que é coisa de público mesmo, para estar colocando as questões. Porque hoje não é o exército que está vindo fazer o papel das intervenções e de garantir a presença do latifúndio naquela época não. Hoje a Polícia do Estado é que está fazendo isso. E lamentavelmente a Polícia do Estado de Minas Gerais nesse Governo popular que nós até ajudamos a colocar, tem sido uma das grandes violentas nesse processo na questão agrária. É uma Polícia que a gente só tem visto ela cometer despejo e despejo com violência. Isto tanto nas ocupações urbanas quanto rurais. E o caso que contou aqui recente, tudo de policiais, uma polícia que presta serviço antes de uma ocupação possível que possa ocorrer. Não que presta serviço ao latifúndio. Então são policiais pagos com o nosso dinheiro e com o dinheiro público, trabalhando e protegendo o latifúndio de supostas ameaças que eles pensam, e que talvez uma terra possa ser ocupada. Isso ocorreu ontem no relato do companheiro aqui. Estamos vendo aos montes acontecendo. Fala lá da questão do Pará, olha a questão aqui de 05 trabalhadores alvejados recentemente aqui no Sem Terra. Olha companheiro lá no Vale do Aço que foi assassinado. Quer dizer, a violência e latifúndio, pelo menos nesse último Governo tem matado, tem falado que vai falar e tem matado. Por isso que a denúncia feita aqui em relação a ter a audácia de um advogadozinho lá e na residência do Alvimar, da Dona Lúcia, e nós, com duas pessoas. Isso é uma ameaça. E nós não queremos esperar e ver, acontecer não. Um dos maiores problemas é a gente ficar guardando, achando que são denúncias vazias e amanhã nós estamos lamentando um companheiro ali no caixão ou qualquer tipo de coisa. Um policial ir na residência de dois trabalhadores que não tem nenhuma ficha, não tem nenhum B.O. Não existe nada. Com duas polícias, com armas pesadas em punho, fechando a garagem adentrando a casa sem um mandato, sem nada. É uma clara prestação de serviço de proteção ao latifúndio que a nossa Polícia do Governo do Estado de Minas Gerais, sob o comando do nosso Governador Fernando Pimental está realizando. Não é?

Esse despejo que ele acaba de falar de Grão Mogol, nós sentamos há poucos dias, com a Secretaria, a SEDA do desenvolvimento agrário lá e houve uma conversa com o chefe lá da Polícia que estava lá representando o comando da Polícia e que não faria um despejo antes de uma audiência que estava programada entre nós acontecer. E eles estão lá despejando. Então em quem confiar? Uma Polícia prestadora de serviços de latifúndio. E esse Governo estamos cansados de ver, estamos cansados de ver, não tem pulso, não tem braço e não comanda a Policial Militar do Estado de Minas Gerais. Está sob o comando de outros interesses ou ele não tem comando, está sendo frouxo em relação a isso, ou ele está fazendo o lado. Das duas uma, ele tem que rever e é bom que a Secretaria de Direitos Humanos reveja e discuta isso internamente com esse Governo, porque ou ele está sendo conivente com isso, ou não tem pulso, não é? Ou não tem pulso para conter e comandar a Polícia que ao final de tudo, está sob o comando dele. Olha, nós lembramos no passado, que o Itamar, que eu não votei nele nem nada, não se trata disso, mas tinha muito mais pulso sobre a Polícia do que o Governo atual. Então é disso que nós queremos, que a comissão de direitos humanos reveja, promova e a gente precisa rever isso. porque nós não estamos querendo rever, não estamos querer assistindo e não estamos querendo cada dia estar enterrando mais um companheiro, um trabalhador rural ou um trabalhador de ocupações urbanas. Que não está vindo, essas polícias não estão vindo para brincadeira não. O chicote está cobrindo mesmo.

ROBSON SÁVIO: Então muito obrigado ao companheiro da CT. Aquilo que for da competência da Comissão da Verdade, vai ser encaminhado. Aquilo que é de competência de outros órgãos do Estado, também nós faremos os devidos encaminhamentos para apurações e respostas daquilo que foi levantado aqui. Então eu quero agradecer a presença dos nossos depoentes. Alguns já não estão aqui. O José Alagoano, Afrânio, Juarez, a Roseli, a Paula, a Dona Valdivina e o Adão. Quero agradecer muito aqui a processual do meu lado do companheiro, o Secretário Nilmário Miranda, o Professor José Francisco, a Emely, nossa Conselheira lá da COVEMG e todos que ficaram até aqui, muito obrigado à Câmara Municipal de Montes Claros que nos acolheu, uma boa noite, até uma próxima oportunidade.